

Para onde foram as “Patacas”? Patrimônio de portugueses na Amazônia (Belém, 1840-1909)

*Where were the “Patacas”?
Portuguese Heritage in Amazônia (Belém, 1840-1909)*

Anndrea Caroliny da Costa Tavares

Universidade Federal do Pará (UFPA)

Resumo

O presente artigo analisa a evolução das fortunas de imigrantes portugueses em Belém, capital da então província do Grão Pará, entre os anos de 1840 a 1909, caracterizado pela historiografia como o período antecedente e o de efetivo *boom* da economia extrativa da borracha, reconhecida como atrativo aos diferentes grupos de (i) migrantes. A evolução das fortunas é sustentada sobre novas demandas sociais e econômicas que a borracha haveria de trazer às terras amazônicas, e que evidenciam novas tendências de investimentos, em grande medida, às estruturas modernas do capitalismo, que permaneceram mesmo nos períodos de crise da economia extrativa. O estudo esteia-se na análise serial de 345 autos cíveis de inventários *post-mortem*, e insere-se num período marcado por um crescimento demográfico acentuado, pela reorganização do espaço urbano de Belém e pelo recrudescimento econômico do mesmo espaço.

Palavras-chave: Belém; Imigração; Portugueses; Borracha; Fortunas.

Abstract

This paper, analyzes the evolution of portuguese migrants fortunes in Belém, capital of the then Grão Pará province, between the years of 1840 and 1909, characterized by the historiography as the prior period of the effective *boom* of the extractive economy of rubber, known as an attractive for the different migrant groups. The fortunes evolution is supported by the new social and economic demands that were brought over to the Amazon landscape and made clear the new investments trends, remarkably, to the modern capitalist structures, that remained even in crisis periods of the rubber extractive economy, demonstrating the solid consolidation of the power and wealth new symbols. The paper sustain itself in the serial analyses of 345 *post mortem* inventories civil suits and is inserted among a period which is trend marked by a sharp demographic growth, by the urban space reorganization and by economic rejuvenation of the city of Belém.

Keywords: Belém; Immigration; Portugueses; Rubber; Fortunes.

I n t r o d u ç ã o

Os processos migratórios têm exercido constantes e amplas influências sobre a formação das sociedades em diferentes temporalidades. A historiografia existente acerca da imigração portuguesa assinala que esse fluxo exerce, há mais de um século, uma profunda ação na sociedade lusitana, e embora fosse um fenômeno antigo, tomou novas formas no século XIX, quando deixou de estar atrelada ao projeto imperial português e tornou-se uma resultante das distorções do desenvolvimento capitalista independente, após o rompimento com o antigo regime (PEREIRA, 2002, p. 11).

Os portugueses constituíram o grupo mais numeroso de imigrantes que entraram no Brasil, com números na faixa dos 1,9 milhão de sujeitos, estando presentes em praticamente todo o território brasileiro (MATTOS, 2013, p. 34). Provenientes de distintas localidades do território português, viam no Brasil – sobretudo nos destinos mais conhecidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, e nos emergentes, como a Província do Pará – uma oportuna possibilidade de estabelecimento, na perspectiva de inserção nos mercados de trabalho, acumulando fortuna e retornando à terra natal ou, como ocorreu com a maioria, sobrevivendo e esperando ora por uma oportunidade de retorno, ora pelo fim da vida.

Nos últimos anos do século XIX, o Pará desponta como um dos principais destinos procurados pelos portugueses que partiam para o Brasil. No final do Império, ele surge com um percentual bem maior de escolha para os grupos de imigrantes do que a própria cidade de São Paulo, que atraía não somente mão de obra rural, mas também operária e intelectual, sobretudo pelo crescimento proporcionado pela economia cafeeira (ALVES, 1993). Entre 1898 e 1899, entraram no Pará 1.230 portugueses naturais do Distrito de Aveiro, número que fica abaixo apenas das entradas no Rio de Janeiro, que alcançaram 1.399 imigrantes; São Paulo registrava apenas 164 indivíduos adentrando seus portos (ADV – LRP – 1897-1900).

O final do século XIX e início do XX, também foram caracterizados pela consolidação, expansão e decadência da economia extrativa da borracha, considerada uma das principais – se não a principal – força motriz da imigração para o Pará, tendo no trabalho com a borracha, ou com as

atividades impulsionadas indiretamente por ela, a possibilidade de alcançar abundância. Esses sujeitos viveram em uma cidade portuária, ponto de partida de todo tipo de mercadoria para os interiores, e porta de saída das exportações da borracha para o mundo. Belém tornara-se uma cidade cosmopolita e atrativa a diferentes grupos (FONTES, 2002).

Enquanto o Pará vivia às voltas com a economia da borracha, o Rio de Janeiro convivia sob a marcha do café, que entre os anos de 1889 a 1920 manteve-se na liderança das exportações brasileiras. O gênero foi o maior gerador de riqueza regional, promovendo impactos significativos na diversificação das atividades econômicas, assemelhando-se ao que a borracha promovera na Amazônia (MELO, 2002, p. 216-217).

Em Minas Gerais, a economia centrou forças na consolidação da indústria têxtil, no início da década de setenta do século XIX, quando houve um surto de investimentos na tecelagem. O incremento industrial promovera o aumento das sociedades de capitais que estabeleceriam as primeiras fábricas, e cujos capitais se concentravam nas mãos de acionistas, indicando alterações nos padrões tradicionais de investimentos (OLIVEIRA, 2002, p.235-253), semelhante a Belém e à pulverização de instituições bancárias e companhias, que tinham no comércio de ações a garantia de rendimentos. Assim, entende-se que o crescimento e a liquidez econômica observados em Belém a partir da segunda metade do século XIX não foram fatos isolados e excepcionais, mas faziam parte de um conjunto de investimentos que consolidariam as bases para novos cenários socioeconômicos advindos da modernidade.

Pela ampla e ativa participação dos portugueses no desenvolvimento de Belém, sobretudo a partir de 1840, junto ao incremento da borracha amazônica à economia, e por estarem envolvidos nas reconfigurações do mercado local, é de grande valia que analisemos como suas fortunas testemunharam os novos tempos da economia, demonstrando novos símbolos de valor, em uma sociedade que vivenciava de maneira intensa, porém não igualitária, os avanços capitalistas.

A imigração, a economia e a longa duração

Mesmo sendo de grande importância, a temática que aborda o fluxo migratório português para o Brasil consolidou suas bases recentemente, na medida em que as fontes se diversificaram e os questionamentos, para a ampliação das problemáticas, foram revisitados.

Como resposta à consolidação desses estudos para o Brasil, encontramos trabalhos interessados em analisar os deslocamentos, além dos condicionamentos demográficos, econômicos e sociais, e do paradigma da miserabilidade, superando os limites das necessidades estritamente econômicas, e observando questões referentes à política, assim como questões étnico-raciais, culturais, religiosas, geracionais e de gênero (MATTOS, 2013, p. 49-65). E encontramos, ainda, trabalhos que discutem a forma como esses sujeitos assimilaram, (res)significaram e tencionaram as condições sociais, através de suas agências e estratégias cotidianas.

Entre idas e vindas da capital do Pará para os municípios do interior e demais regiões, um grande número de imigrantes permanecia em Belém, expressivo centro urbano à época. O português, seguido do espanhol, formou os grupos étnicos mais presentes no cenário da capital (CANCELA, 2011, p. 99). Ambos experimentaram na cidade a modernização da fase final do século XIX e início do XX, que fez com que Belém ficasse conhecida como uma das *ciudades-boom* brasileiras (SARGES, 2010, p. 28). *Boom*, devido ao auge da extração e comercialização da borracha, promotora de avanços estruturais, reconfigurações demográficas e econômicas na região. Envolvidos nessa trama, os lusitanos desempenharam diversos papéis na cotidianidade da urbe. Dentre eles, destacam-se, especialmente, os ligados ao comércio de gêneros diversos, inclusive dos provenientes da exploração da borracha.

Com o intuito de dar visibilidade a esses agentes, além de estudar suas fortunas como uma forma de inserção e participação nas dinâmicas socioeconômicas em Belém, optou-se pelos inventários *post-mortem*, muito utilizados em trabalhos interessados em analisar as sociedades e seus movimentos, sobretudo econômicos, como o trabalho de Zélia Cardoso de Mello (1985), preocupado em investigar as mudanças na composição das fortunas paulistas a partir do estabelecimento da economia exportadora capitalista ao final do século XIX. A autora se debruça sobre os inventários para compreender o impacto dos investimentos na economia cafeeira sobre a dinamização econômica e estrutural paulista, que resultou na criação de empresas ferroviárias, de serviços públicos urbanos, industriais e comerciais, fazendo de São Paulo a capital dos negócios.

Para o Rio de Janeiro, o estudo de João Fragoso (1992) se esforça em analisar a composição das fortunas a fim de apreender o movimento econômico carioca entre os anos de 1790 e 1830. Embora tal composição fosse caracterizada pelo escravismo e investimentos agrários, os escravos correspondiam a menos de um quinto da riqueza analisada, e os bens rurais representavam menos de 16% dos montantes. Em contrapartida, os investimentos na área urbana e negócios do capital mercantil correspondiam, cada um, a mais de um quarto dos montantes brutos arrolados, representando mais da metade da riqueza inventariada, o que demonstra novas ten-

dências acumulativas percebidas em diferentes praças comerciais brasileiras, que promoviam alterações nos portfólios conforme a nova disposição econômica.

Mediante o uso da história quantitativa junto ao objetivo de se estudar a evolução e composição das fortunas em Belém, fez-se necessário buscar medidas temporais amplas, fazendo da longa duração um instrumento eficaz na percepção das mudanças ou permanências no corpo social que influenciaram, ou não, na composição dos patrimônios pessoais.

No campo econômico, destaca Braudel (1990, p. 13-17), a longa duração vem descortinando os acontecimentos e obtendo êxitos inegáveis, de maneira que regularidades ou permanências de sistemas têm sido esclarecidas por estudos que envolvem os ciclos e interciclos, sendo responsável por apresentar uma série de traços comuns imutáveis e outros responsáveis pelas rupturas que renovam a face das sociedades. Em Belém, por exemplo, a borracha não significou uma total ruptura com o sistema agrícola, mas ajudou a consolidar novas formas de investimento na capital e interiores, como os créditos bancários, ações e letras comerciais.

Braudel (1995, p. 19) reafirma que estudar as coisas – os alimentos, as habitações, o luxo, utensílios, os instrumentos monetários, em suma, tudo aquilo de que o homem se serve - é uma das formas de avaliar sua existência cotidiana. De maneira que o maior esforço está no estudo da simbiose dos objetos aqui analisados e a sociedade e cultura que os criaram, o mercado e a economia que permitiram sua existência funcional, e os sujeitos que os dominaram.

Difusão da borracha nas pautas de exportação, 1840-1869

Quando o missionário norte americano Daniel Kidder (1980, p. 163-177) passou por Belém, disse que a aparência do Pará era mais ou menos a mesma da maioria das cidades brasileiras, e as casas eram caracterizadas por um conjunto de paredes caiadas e de tetos vermelhos.

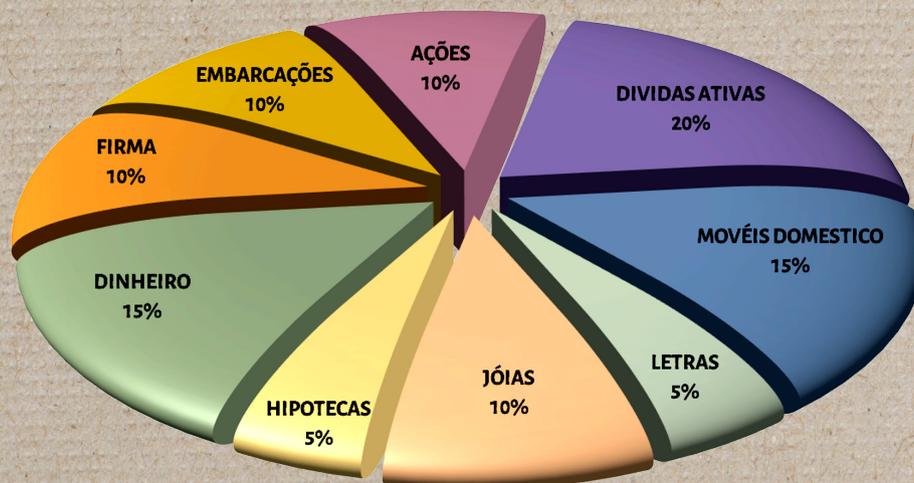
Atraíam atenção dos transeuntes visitantes as embarcações, uma variedade de barcos desde corvetas até canoas para uso no tráfego fluvial e, também, nas atividades comerciais da cidade, que em muito recebia dos interiores produtos que faziam parte das levas de exportação e de abastecimento da cidade (KIDDER, 1980, p. 172). Porém, em geral, até o fim do período colonial, economicamente a Amazônia pouco tinha sua importância na balança comercial do país, até a efetivação da extração do látex em meados do século XIX.

Na década de 1850, quando pela primeira vez a borracha firmou supremacia no comércio regional, apenas um pequeno setor da classe dos proprietários tinha como base a economia extrativa, haja vista que o maior grupo nesse setor era a comunidade mercantil, expressivamente portuguesa. No Pará, como geralmente no resto do Brasil, a base econômica da classe superior tradicional era a terra, ficando para os estrangeiros as atividades comerciais (WEINSTEIN, 1993, p. 56). Não à toa que, dos portugueses encontrados nesse trabalho, 323 declararam exercer atividades ligadas ao setor terciário da economia, desde pequenas mercearias até firmas de ações, comissões e capitais.

Nesse período inicial, entre os anos de 1840 a 1869, no qual a borracha vai assumindo supremacia na economia regional, identificou-se 17 inventários de portugueses, correspondentes a 4,9% do total analisado. Esse pequeno número se deve às dificuldades de identificação dos sujeitos, sobretudo pelo avançado estado de deterioração dos processos.

Considerando os bens móveis, os mais representativos correspondem às dívidas ativas (19%, ou 4 indivíduos), junto com os móveis domésticos (14,3%, ou 3 indivíduos), joias (9,5%, ou 2 indivíduos), dinheiro (14,3%, ou 3 indivíduos) e firmas (14,3%, ou 3 indivíduos), conforme ilustra o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Bens Móveis (1840-1869)



Fonte: CMA – INV – 1840-1869

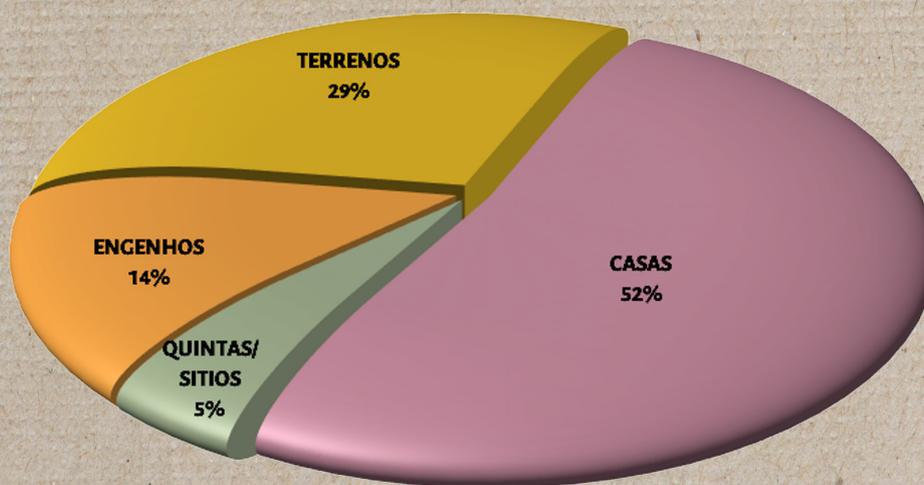
Em uma cidade em que o setor terciário da economia gira em torno do comércio do látex, ainda se percebe a proximidade com a ruralidade, em virtude da posse de embarcações, sugerindo o transporte de produtos e/ou de pessoas. Com a baixa concentração de ações, hipotecas e letras, entendemos que os investimentos nos serviços, instituições de crédito e equipamentos urbanos ainda eram tímidos, tomando fôlego nas décadas seguintes. A herança constituída em dinheiro

era representativa para os 17 sujeitos, sem explicitarem, porém, de onde provinham as quantias, expressas em cadernetas de poupança ou como dinheiro em posse de alguém próximo.

Dentre os investimentos na cidade, consideram-se ainda as firmas comerciais. Para esse período, encontrou-se um total de três firmas localizadas em Belém: uma de Manoel Marques, outra de Fernando Antônio da Silva Brandão de Abreu Freire e, finalmente, a de Antônio Teixeira Bastos. A firma de Antônio Teixeira Bastos junto com Antônio Mendes dos Reis funcionava na Rua do Imperador, canto do mercado, e correspondia a um estabelecimento comercial, sem maiores especificações sobre os investimentos. O inventário traz a folha de balanço, que inclui: as mercadorias, calculadas em 5:011\$037 réis (503 £), o caixa, assessorias, dívidas perdidas e dívidas ativas, que totalizaram 99:850\$922 réis (10.026 £). Infelizmente, o documento é incompleto, estando ausente a pauta de partilha, ou o próprio cálculo do montante de Antônio Teixeira, o que impossibilita definir qual sua parte correspondente na firma, e a herança deixada em seu inventário (CMA – INV – CFL - 1867). O armazém ainda servia de espaço para a realização de leilões por ordem do Consul português no Pará, de bens deixados por falecimento de cidadãos portugueses em Belém (JCO – 1858).

Quanto aos imóveis na capital, percebe-se uma tímida, porém crescente iniciativa de investimentos em casas e terrenos. Entre os 17 inventariados, 11 investiam em casas, 6 investiam em terrenos, e 12 voltam seus capitais para ambos. Mesmo com a tímida circularidade dos imigrantes dentre as áreas rurais, encontrou-se 3 portugueses declarando a posse de engenhos.

Gráfico 2 - Bens Móveis (1840-1869)



Fonte: (CMA – INV – 1840=1869)

Luiz Monteiro da Silva, natural do Porto, tem seu inventário aberto juntamente com a esposa, Maria Bárbara da Cunha Barros, em 1858. No arrolamento dos bens, é declarada a existência de um engenho de água ardente, uma olaria e mais 4 embarcações, localizadas no Rio Anapú,

na Ilha do Marajó. Ainda se declarou a posse de cativos, plantações de cana-de-açúcar e cacau, além de 7 casas e 3 terrenos espalhados por Belém (CMA – INV – CFL – 1858).

A Ilha do Marajó era conhecida por sua intensa atividade pecuarista, sendo comum encontrar em suas extensões propriedades de tamanho consideráveis, como resquício ou memória das sesmarias concedidas pela coroa portuguesa aos donatários no Pará, propriedades que mais tarde serão áreas de exploração da borracha, como nas outras regiões de ilhas.

Quanto ao cacau e ao açúcar encontrados nas propriedades de Luiz Monteiro, é importante atentar-se a alguns aspectos. O cacau e o açúcar foram gêneros que permaneceram na pauta de exportação durante a crescente expansão da borracha, além da castanha e do couro. No quinquênio de 1862 a 1867, quando a economia da borracha já se encontrava com preços mais estáveis e uma grande demanda de exportação, foram vendidas pouco mais de mil arrobas de cacau, contabilizando um total de 6.284:203\$103 réis (RPP – PA – 1867) (631.007 £)¹. Já o açúcar passou a decrescer na medida em que a produção dos engenhos declinara, sobretudo pela escassez de braços escravos e/ou indígenas para o trabalho na lavoura, vencidos pela maior facilidade de fabricação e prontidão do consumo de água ardente (CRUZ, 1996, p. 50-54).

Importante destacar, ainda, a importância de embarcações em áreas de ilha, como no Marajó, e a dinâmica de produção dos engenhos e olarias. Os rios eram os condutores das produções, das riquezas na região amazônica; as embarcações mais extensas, que eram utilizadas como regatões, comercializavam com comunidades afastadas das áreas mais urbanizadas, sobretudo após a abertura oficial dos rios amazônicos à circulação de embarcações estrangeiras, responsáveis pelo incremento no transporte de mercadorias e pessoas, onde se pode observar a atuação de várias companhias de navegação, a citar a *Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas*, de propriedade do Barão de Mauá, e a *Companhia Fluvial Paraense*, que garantiam não somente a circulação de pessoas, mas também de mercadorias entre as cidades (CANCELA, 2006, p. 59).

O único sítio encontrado na amostra pertencia a Manoel Monteiro dos Santos. Com a posse de 15 cativos, mantinha sua propriedade no distrito de Aycarau, município de Barcarena, nordeste do Pará. No entanto, seu inventário não deixa claro o uso que dava às suas posses e nem o trabalho pelo qual mantinha o uso da mão de obra escrava. Deixa, porém, um forno de cobre que, provavelmente, era usado para o beneficiamento e produção de algum bem por meio do trabalho escravo. Seu montante foi calculado em 12:738\$000 réis (1.191 £) (CMA – INV – CSR – 1868).

¹ Valor calculado sobre a cotação anual de 1867, no valor de 9,959 £.

Nesse momento em que o interior se mantinha importante para a realização das atividades comerciais da capital, a cidade ganhara relevância como local para a realização de investimento, sobretudo pela dinamização das relações comerciais e sociais estabelecidas. Na medida em que a urbe crescia, os aluguéis de imóveis passaram a ser vistos como um bom investimento para o sustento dos indivíduos e famílias que, por ventura, viessem a ter mais de uma propriedade disponível.

Localizou-se 5 portugueses declarando possuir mais de uma propriedade de casas. O dito José Antônio dos Santos, natural do Porto, não declara profissão, porém, lega 6 casas em Belém, aos filhos e à viúva, além de 8 cativos. As casas estavam entre as ruas Formosa (atual 13 de Maio), Boa Vista, dos Mercadores (atual João Alfredo) e na Travessa da Companhia (CMA – INV – COR – 1866). A Rua dos Mercadores, em Relatório Provincial de 1880, ainda era citada como uma das vias que devia receber calçamento em paralelepípedo, logo após o término de benfeitorias na Rua Santo Antônio; no entanto, nos relatórios seguintes, encontra-se uma série de reclamações e justificativas para os atrasos em beneficiamentos na cidade, como os calçamentos, em virtude da falta de braços e do custo de materiais, o que poderia causar desvalorização dos imóveis em seus entornos (RPP – PA – 1880), entre eles, os de José Antônio.

Entre os bens semoventes, destacam-se os cativos. O número de inventariados donos de escravos perfaz 9 proprietários, que possuíam, ao todo, 378 cativos, com a posse média por indivíduo em 42 sujeitos. Nessa amostra, dois sujeitos se destacaram dos demais, por possuírem um plantel acima dos 50 cativos; juntos, detinham 87% dos escravos encontrados.

Entre eles, destaca-se o tenente coronel Francisco Marques d'Elvas Portugal, dono de uma fazenda e um engenho contíguo, o famoso *Murucutu*, movido à água e com alambiques e tonéis de cobre para armazenamento da produção. Para o trabalho na propriedade, contava com um total de 141 cativos, entre homens e mulheres, sem indicação de características etárias. Possuía, ainda, uma sorte de terras no Rio Acará Miri com árvores frutíferas. Sua fortuna também incluía móveis, prataria, peças em ouro, três terrenos, um prédio na cidade de Belém e dívidas ativas (CMA – INV – CSR – 1840).

Consolidação e expansão da borracha, 1870 – 1909

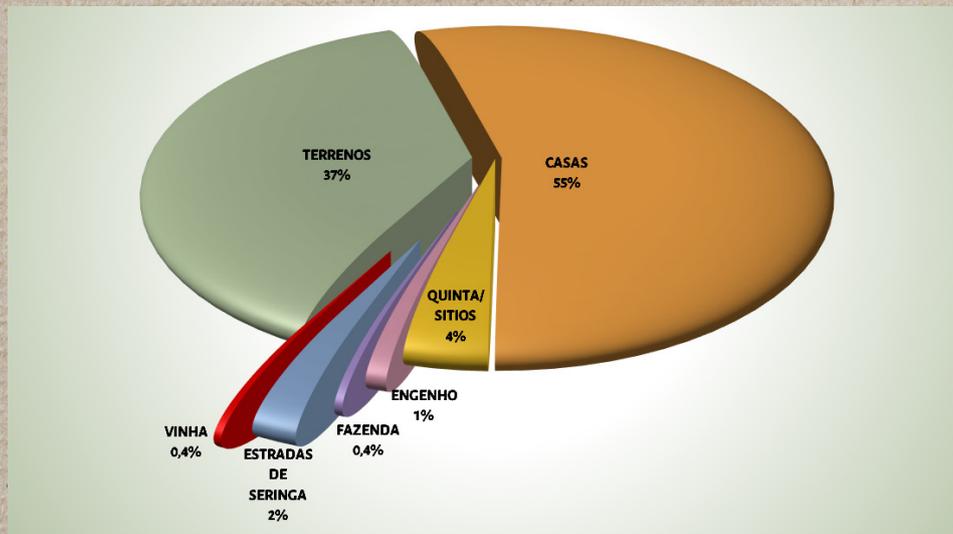
Durante os 39 anos de maior crescimento da borracha, levantou-se um total de 328 inventários, aproximadamente 95,% do total analisado, devido ao maior número de anos que esse período

compreende – um total de 39, em comparação com o anterior, de apenas 29 – e o melhor estado de conservação dos inventários como elemento facilitador para o agrupamento das fontes.

O impacto demográfico e econômico do negócio da borracha só viria a ser plenamente sentido com o advento dos “anos dourados” da Amazônia, entre 1880 e 1910, mas desde os meados do século XIX, as exportações de borracha exerciam efeito claramente perceptível sobre as “estatísticas vitais” do Pará (WEINSTEIN, 1993, p. 55-56).

No relatório de 1889, o presidente da província, Antônio Braga, lamenta a desorganização dos órgãos ligados à migração, que não souberam aproveitar melhor “os retirantes das províncias flagelados pela seca”, que já disputavam espaço na província do Pará com a leva de imigrantes estrangeiros, a maioria portuguesa. A expansão da economia gomífera trouxe consigo não somente o incremento demográfico, mas também a necessidade da urbe proporcionar a essa população estruturas básicas de acomodação, acentuando a demanda por moradia e por melhorias urbanas. Demanda por moradia que fica evidente pelo número de portugueses declarando a posse de casas, conforme se observa no gráfico seguinte.

Gráfico 1 - Bens Móveis (1870-1909)



Fontes: (CMA – INV – 1870-1909.)

As casas, que incluem sobrados, prédios térreos e quarto de casas, representam 54,7% dos bens, compondo a fortuna de 151 imigrantes. Nesse cenário, a posse de mais de um bem habitacional representaria uma quantia extra à renda do indivíduo e da família, se não sua renda total, especialmente em uma cidade que, a cada instante, tinha maiores demandas populacionais. Os imóveis se configuravam a alternativa mais viável de investimento, tendo em vista as oscilações do sistema de crédito bancário, que geravam desconfiança entre os proprietários (CANCELA, 2011, p. 306), embora os investimentos em ações bancárias, firmas e prestadoras de serviços também estejam entre os mais frequentes e numerosos investimentos arrolados.

Em muitos casos, sugere Weinstein (1993, p. 106), muitos lotes em áreas suburbanas haviam sido adquiridos por uma família décadas antes dessa expansão acelerada da cidade, tornando-se um imóvel de qualidade e bem localizado, na medida em que a cidade ia além de seus limites iniciais. Comerciantes ou não, indivíduos com certo cabedal começaram a adquirir residências, terrenos, prédios comerciais nessas zonas, tornando-se, em muitos casos, os únicos bens descritos nos inventários.

Em 1877, Antônio da Silva Maia declara a posse de 28 imóveis em Belém; sem informar ocupação, o inventariado leva a crer que sua renda provinha dos aluguéis dos numerosos imóveis. As propriedades estavam localizadas em 12 endereços distintos, incluindo a Travessa São Mateus (atual Pe. Eutíquio, com 4 casas), Rua Formosa (3 casas), Rua dos Mártires (atual 28 de Setembro, com 3 casas), Rua do Bailique (com 3 casas) e a Travessa das Mercês (atual Frutuoso Guimarães, com 3 casas), próximas às áreas de comércio popular da cidade. A travessa das Mercês havia recebido o “tão reclamado” calçamento em paralelepípedos no ano de 1873, o que pode insinuar valorização de imóveis no entorno (RPP – PA – 1873). Na Rua São Mateus, as casas são pareadas, já que Antônio era dono dos imóveis de número 63, 65 e 67. Na Rua Formosa, a escolha não muda: as casas de número 49, 53, 55 e 57 pertenciam também ao português (CMA – INV – COR – 1877).

Um dos imóveis situados na Travessa São Mateus correspondia a um sobrado de dois andares, de número 5A. No térreo, havia duas janelas com grades de ferro, alcova, varanda, dois quartos, dispensa e cozinha, todo espaço forrado, exceto a cozinha. Neste andar, o sobrado ainda contava com um pavimento para armazém, com paredes de pedra e cal. O segundo andar tinha sala, alcova e varanda, espaços todos forrados. Paredes de pedra e cal, ares de perna manca, medindo 13 braças e um palmo de frente, por 11 braças e meia de fundos, avaliado em 16:000\$000 réis (1.697 £), maior valor atribuído entre os tantos imóveis. Ainda na São Mateus, o português dispunha de uma casa térrea, sem número, com alcova, varanda, puchada² com três quartos, cozinha e saguão, tendo em um telheiro dois fornos para padeiro, ares de perna manca, ripas e caibros, toda assoalhada, medindo duas braças e seis palmos de frente, com dezessete braças de fundo, avaliada em 6:000\$000 réis (636 £).

Percebemos, pela avaliação dos imóveis de Antônio, que não bastava este ser bem localizado, importava também sua utilidade. Embora o segundo disponibilizasse fornos para padaria, o primeiro possuía espaço para armazém, o que, em uma área próxima ao centro comercial, como era a Rua São Mateus, poderia ser mais passível de lucro, especialmente pelo valor da locação.

As quintas/sítios nesse período sofrem um aumento em relação ao período anterior, saltando de 1 para 11 descrições. Dos 11 portugueses com essas propriedades, 6 informavam suas localizações. Quatro as mantinham dentro da Província, nas regiões de Chaves, Acará, Ourém e Bujarú,

² Puchada corresponde a uma construção simples, geralmente externa à construção do imóvel para alocação de compartimentos extras

porém sem informações adicionais sobre seu uso. Dois deles mantinham quintas em Portugal: o comerciante Manoel José Pereira Junior (CMA–INV–COR–1886) e o proprietário José Pereira Barbosa (CMA–INV–CFL–1904), cujas propriedades estavam situadas no distrito de Viana do Castelo, de onde eram naturais. Por esses bens, poderiam agregar capital simbólico junto não apenas à comunidade lusa local mas, também, aos que viviam em Portugal, o que era sustentado pelo mito de riqueza que girava em torno do Brasil, ou mesmo pela manutenção dos laços com sua terra e pelo apoio ao sustento da família que lá ainda fixava moradia. Os bens foram referidos, mas não eram partilhados nos autos do processo aberto no Pará, não informando suas avaliações.

Em torno desse ideário de manter laços com a terra natal, podemos inserir ainda a perspectiva do retorno, seja ele temporário ou definitivo, uma vez que, para muitos portugueses, a ideia era migrar, e agregar rendimentos que pudessem garantir junto ao retorno melhores condições de vida, para ele e para os seus. Como esclarece Alves (1993, p. 12), no refluxo do movimento migratório, muitos emigrantes voltam episódica ou definitivamente. Este [o migrante] retornado sem capital acumulado, mais discreto, procurava fazer passar despercebido o seu infortúnio, ou evidenciava a doença que lhe corroeu o corpo e o ânimo. Aquele [migrante] marcado pelo sucesso, com sotaque na fala, indumentado de calças brancas, casado de ganga, chapéu de Chili, adereçado de cadeia de ouro e anel de brilhante, num exotismo de modos que o romantismo, fixará para sempre, recriando o estereótipo do brasileiro (ALVES, 1993, p. 12). Na quinta de José Pereira Barbosa, ainda havia uma morada de casas e um campo de lavrar com vinha, o que deveria ajudar no sustento da família.

Os engenhos representam 1% da amostra, no total de três unidades, a mesma quantidade do período anterior. Localizados na região de Acará, Distrito de Benfica e Estrada de Bragança, se desconhece quais eram suas produções, uma vez que nos autos apenas eram citados como engenhos, exceto aquele localizado na Estrada de Bragança, voltado à fabricação de água ardente e rapadura. Os três inventários não trazem o valor dos montantes de cada proprietário, não permitindo comparar aos valores encontrados para o período anterior. Em relação à região do Acará, há tempos essa área havia sido ocupada por diversos sujeitos, estrangeiros e nacionais, em virtude de sua maior oferta de terras e facilidade de acesso à capital. Na mesma região, foram doadas ao menos cinco sesmarias, que revelam uma lógica particular de ocupação do território pela agricultura, a partir do sistema fluvial composto pelos rios Acará, Moju, Capim e Guamá (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 104).

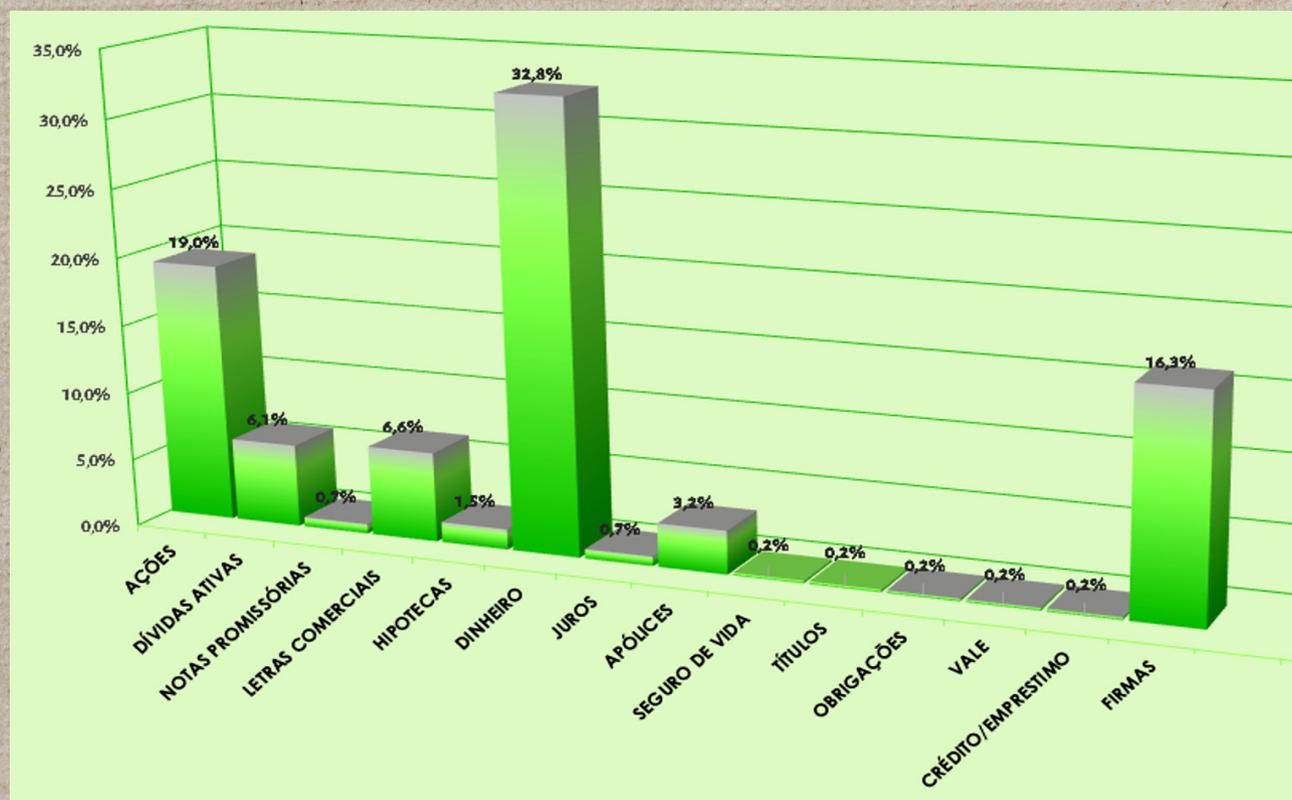
As fazendas se resumiram em duas unidades: uma em Mosqueiro e outra em Soure, na Ilha do Marajó. Esta última área foi definida por Weinstein (1993, p. 57) como a zona preferida para a pecuária, onde era possível encontrar pastagens prontas a serem utilizadas na criação de gado. Na descrição da fazenda de Manoel José Lourenço de Carvalho, em Mosqueiro, havia apenas animais bovinos, sem menção ao valor final do montante (CMA–CFL–INV–1885). Em Soure, na propriedade de Fernando Maria da Cunha, são descritos animais bovinos e cavalares, tendo montante calculado em 484:930\$128 réis (38£) (CMA–INV–CFL–1887).

Nesse período, a novidade dos bens inventariados são as estradas de seringa, que aparecem

em 6 processos, num total de 329 estradas. Embora pareça um número pequeno em relação à amostra, é importante por apontar, além do investimento direto na borracha, a posse de terras em áreas rurais, tradicionalmente concentradas em mãos de nacionais, principalmente na região do Marajó, marcada pelas sesmarias doadas aos da terra. E mesmo por serem os portugueses mais frequentes no setor terciário ligado à borracha, com casas de aviamento, consignações e comissões. Este é o caso de um dos maiores comerciantes de borracha do Pará, Bento Rebelo de Andrade, sócio na firma *Darlindo Rocha & Companhia*, voltada ao comércio de aviamento, importações e comissões, com sede em Belém e filial em Manaus (CMA – INV – COR – 1900).

Quanto aos bens móveis, sobretudo aos investimentos financeiros, percebe-se um considerável aumento em comparação à primeira amostra, sobretudo quanto à presença do dinheiro (32,8 % da amostra, correspondente a 135 portugueses), ações comerciais (19 %, 78 investidores), seguida das letras (27 investidores, 6,6 % da amostra), dívidas ativas (6,1 % da amostra, correspondendo a 25 investidores) e, finalmente, as apólices diversas (3,2%, 13 portugueses), além das firmas comerciais (16,3% dos portugueses, 67 investidores), conforme o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Bens Moveis: Investimento financeiro(1870-1909)



Fontes: (CMA – INV – 1970-1909)

Junto ao crescimento econômico que Belém vivenciava, muitos paraenses e estrangeiros ricos possuíam restrições para conseguir crédito a longo prazo – justificadas pelo capital escasso e fragmentado em pequenas fortunas particulares e, ainda, pela escassez de recursos privados,

que seriam responsáveis pelo baixo nível de progresso agrícola e industrial da região – optando, por fim, investir na prosperidade dos negócios da borracha, como em ações bancárias, que ofereciam rendimentos maiores e mais rápidos, e nos imóveis urbanos de onde os lucros eram mais viáveis (WEINSTEIN, 1993, p. 107).

Até o ano de 1880, havia apenas um banco de capital na região, o *Banco Comercial do Pará*, com um capital de mil contos até os anos de 1870, insuficiente para atender à demanda comercial que a comunidade mercantil do Pará precisava à época. Mobilizados pela expansão econômica promovida pela borracha, foram fundados outros cinco novos bancos, com capitais investidos do Pará e do Amazonas. Essa expansão do setor de crédito não era restrita à região amazônica e à produção de borracha; em regiões como o Vale do Paraíba paulista, os avanços são perceptíveis, sobretudo a partir da década de 1850, com o estabelecimento do Código Comercial e da Legislação Hipotecária de 1864/65 (MARCONDES, 2002, p. 147).

Longe de limitarem seus investimentos em ações bancárias, os portugueses aproveitaram a remodelação da cidade para garantir boas aplicações na área de serviços públicos. Um dos empreendimentos mais importantes nesse sentido talvez tenha sido a *Companhia das Águas do Grão-Pará*, que dirigiu a construção, o funcionamento e a manutenção do abastecimento de água em Belém entre 1881 e 1895. Com ações no valor de 100 mil réis, a companhia conseguiu atrair um grande número de acionistas, entre eles, José Augusto Correa, estabelecido com firma comercial em Belém que, à data de abertura do inventário, em 1892, possuía 1200 ações da *Companhia das Águas*, tendo declarado ainda investimentos em imóveis em Portugal, 120 ações da *Companhia Urbana*, 2 ações da *Companhia de Seguros Paraense*, 100 ações do *Banco Comercial do Pará*, 307 letras hipotecárias, 5 apólices, 14 apólices do Estado do Pará e dinheiro (CMA – INV – OR – 1892)

Cabe ainda destacar a presença e representatividade das firmas comerciais como um dos investimentos que alcançou o maior índice de crescimento do primeiro período para este, passando de 3 a 67 unidades, entre pequenos comércios de varejo, livrarias, grandes empresas de consignações e comissões, importados, entre outros. A maior parte destas empresas eram ligadas a indivíduos com montantes acima dos 100 contos.

A *Casa Pekin*, firma João Costa & C^a, era do português José da Costa Braga (CMA – INV – CST – 1903) e de João Moreira Costa (nacionalidade desconhecida), especializada em louças, cristais, vidros e candeeiros, e estabelecida na Rua Conselheiro João Alfredo, nº 96. A loja tinha seis sessões: “louças e porcelanas, cristais e vidraçaria, lustres e candeeiros, christofle e eletro-plate (talheres, artigos de mesa; serviços para chá e café, porta joias e bibelôs), artigos de bohemia

e vários artigos”. Trabalhava com importações da França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, China, Japão e América do Norte, e aceitava consignações de toda espécie. Considerada como um empreendimento “digno da prosperidade” pela qual passava a Amazônia, fez parte do livro *O Pará Commercial*, distribuído na Exposição de Paris de 1900, a fim de que fosse do conhecimento dos “países cultos o progresso e prosperidade do estado do Pará” (CACCAVONI, 1900, p. 5-30).

A *Ribeiro da Silva & Companhia*, uma das maiores firmas de Belém, voltada para o comércio de ferragens e de aviamento, era propriedade de José Caetano Ribeiro da Silva (CMA – INV- COR – 1900b), matriculada na Junta Comercial do Pará em 1899, em sociedade com seu filho José Caetano Junior, Antônio José Alves e Manoel Rodrigues de Santana, os dois últimos, respectivamente, português e brasileiro. Um elemento que chama atenção na composição da firma é a presença de um sócio brasileiro, possivelmente paraense, o que poderia garantir ao negócio maior credibilidade e confiança no mercado provincial, principalmente quando consideramos os conflitos que, de antemão, nortearam a relação entre lusos e paraenses, e culminaram na Cabanagem. Além disso, a presença de um sócio português leva a entender que, por estarem distantes de sua terra natal, os imigrantes buscavam manter laços com seus conterrâneos, estabelecendo redes de solidariedade.

A fortuna de José Caetano foi calculada em 1.169:638\$819 contos de réis (45.615£). Era composta por casas, num total de 18 unidades, terrenos (2 unidades) e o capital proveniente da firma comercial. Claramente, a fortuna do português retratava a nova tendência de investimento presente em Belém, onde as estruturas ligadas à terra decrescem, dando espaço aos investimentos na cidade, principalmente em imóveis nas áreas de expansão do centro urbano.

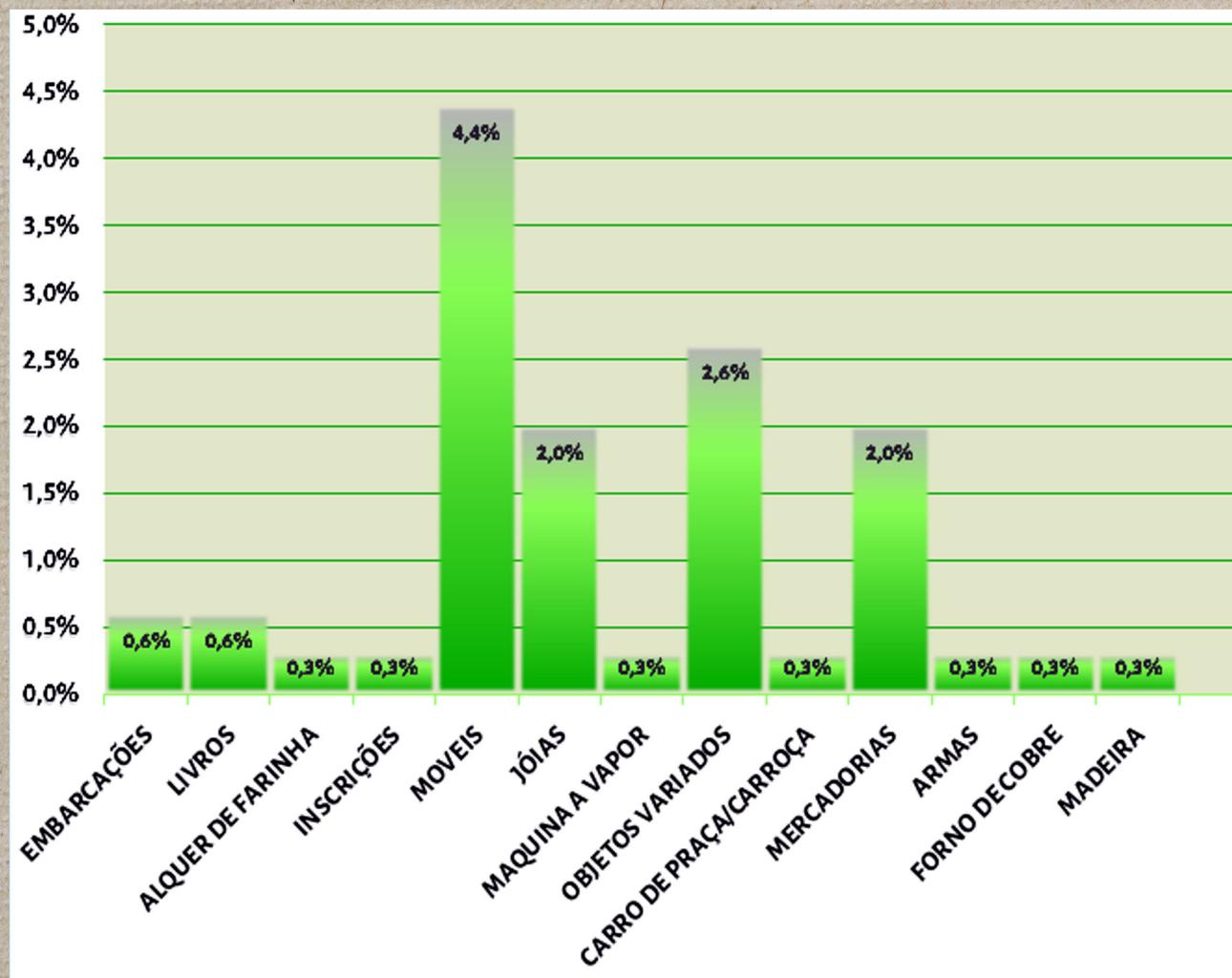
José Caetano também se destaca por sua atuação na *Praça do Comércio*, que mais tarde mudou seu nome para *Associação Comercial do Pará*, onde, ao lado do também influente comerciante português Bento Rebello de Andrade, participou das reuniões que reorganizaram aquela associação, tendo seus nomes revezados nos seus diversos cargos, desde a presidência às diretorias (CANCELA, 2011, p. 366).

Além dos investimentos financeiros, localizou-se uma variedade de bens móveis, entre embarcações, móveis domésticos, joias e mercadorias, estas últimas especialmente em inventários de comerciantes, como o processo de Francisco Xavier Pinheiro Braga, proprietário de uma livraria, onde se lê uma expressiva e vasta relação de livros (CMA – INV – CFL – 1889). Há ainda Manoel Joaquim de Souza, estabelecido com a firma *Moreira Gomes & Companhia*, destinada à venda a grosso ou a retalho de mercadorias, sobretudo ferragens, trabalhos de compra e vendas, exportação e importação de ferragens, trânsito e comércio bancário, havendo a descrição

de vários itens de ferragens no arrolamento de bens (CMA – INV – CFL – 1907).

A descrição desses bens materiais no decorrer dos anos vai sendo substituída pela citação ampla dos investimentos financeiros, que incluem ações, letras, apólices e outros, notadamente pela maior valorização destes em meio ao cenário de intensas mudanças sobrevindas com a exportação de borracha.

Gráfico 5 - Bens Moveis: Materiais (1870-1909)



Fontes: (CMA – INV – 1870-1909)

Entre os bens semoventes, especialmente os escravos, o número de proprietários de cativos sofre um aumento em comparação aos anos anteriores, porém com quantitativos em declínio. Os animais, em posse de 6 proprietários, se distribuem entre as fazendas e as quintas/sítios, sendo, sobretudo, *gado vacum*, garrotes e cavалares.

Neste recorte, foram localizados 13 proprietários de escravos que juntos possuíam um plantel

com 42 indivíduos, contrastando com os 378 encontrados em mãos de 9 proprietários no primeiro período analisado. A maior parte dos cativos, em número de 10, pertencia ao comendador Joaquim da Silva Arantes (CMA – INV – COR – 1876), que possuía entre terrenos e casas, um sítio sem localização exata.

Entre junho de 1885 e maio de 1887, a taxa de declínio da população escrava no Grão Pará alcançou 47,9%, diminuindo de 20.218 cativos para 10.535 cativos, sendo então a quinta maior do Império, atrás de localidades no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Paraíba e Paraná. Essas elevadas taxas de declínio podem ser explicadas como resultado de falecimento, pela aplicação da legislação emancipadora ou pelo avanço do abolicionismo nessas localidades nos anos finais da escravidão, tanto que, entre 1871 e meados de 1885, 3.962 escravos haviam falecido. Além disso, o número de ingênuos filhos de mulheres escravas libertos pela Lei do Ventre Livre era da ordem de 10.685 crianças; o número das libertações dos escravos sexagenários no Pará, da ordem de 919 pessoas entre 1885 e 1887; o Fundo de Emancipação no Pará libertou mais de 687 indivíduos por alforrias pagas pelos escravos; e as concedidas pelos senhores, entre 1871 e 1885, libertou 7.258 cativos (BEZERRA NETO, 2001, p. 116).

Considerações finais

O destino dos imigrantes é construído na cidade de Belém pelas oportunidades que ela os apresenta no momento da chegada, sobretudo na área urbana, onde estabeleceram, majoritariamente, suas redes de sociabilidade, entre os enlances familiares e profissionais.

Os anos de 1840 abrem as portas para uma série de mudanças em praticamente todas as estruturas de Belém. Com o fim da Cabanagem, a década de quarenta dará prosseguimento ao crescimento econômico da Província, que chegará à década de sessenta como uma das mais expressivas e promissoras economias do país, em virtude da exportação gomífera, responsável por aumentar consideravelmente a arrecadação dos cofres públicos e por patrocinar uma série de beneficiamentos na cidade, que irão atingir e dar oportunidade aos portugueses, como a aquisição de imóveis, firmas e alguma terra que conseguissem arrematar. Na Belém *rica*, dos grandes seringalistas, dos *barões e viscondes*, crescente na economia, na população e no traçado urbano, os portugueses puderam projetar a sonhada *árvore das patacas*, a fonte da riqueza, e dela se apropriaram, tornando-se tão conhecidos e influentes quanto os naturais.

No primeiro período, de 1840 a 1869, o patrimônio se mostrou concentrado em torno das dívidas ativas, das casas e terrenos na cidade, engenhos e escravos, aquisição de joias, móveis domésticos e dinheiro. A circularidade dos sujeitos se refletirá, sobretudo, na manutenção de engenhos nos interiores e na fixação de moradias na capital, além de na participação em diferentes ocupações, ora como agricultores, proprietários, ora como comerciantes. As fortunas com maiores montantes concentram os investimentos em bens rurais, novamente os engenhos, junto de embarcações e plantações. As firmas comerciais surgem como um tímido investimento para, então, tomarem fôlego nos anos seguintes, quando a cidade consolida o ritmo de crescimento. Como foram localizados poucos processos, não se pode afirmar que esse padrão representa o dos demais imigrantes, mas garante margem para comparar com outros grupos da cidade.

No segundo momento, entre os anos de 1869 e 1909, na *Belle Époque* paraense, a área urbana já se mostrava mais desenvolvida, concentrando boa parte dos portugueses no setor terciário da economia. A distribuição do patrimônio não se difere totalmente daquela identificada no período anterior. Observou-se a ampliação nos investimentos em imóveis e a diminuição já esperada do acúmulo de cativos e, como novidade, as estradas de seringa. Nesse período, os imóveis dividiram espaço com as dezenas de firmas, dezenas – por vezes, milhares – de ações das mais variadas companhias e instituições bancárias, de clubes e empresas de serviços públicos, que vieram junto à criação de uma Belém moderna, à altura da riqueza que a borracha garantia aos cofres da província. Não à toa, o dinheiro corrente se torna um elemento comum na maioria das heranças. As fortunas acima dos cem contos de réis pertencem a indivíduos atuantes no setor terciário da economia, reafirmando a importante participação que os portugueses tiveram para a consolidação de uma ampla rede mercantil na cidade.

Com as devidas observações, entendemos que a borracha e a rede capitalista a ela agregada foram importantes mecanismos de investimento e acumulação entre os portugueses, colaborando para a elevação dos montantes e promovendo, por vezes, o enriquecimento de diversas famílias e sujeitos de origem portuguesa. Riqueza da borracha que se estendeu pelas vias públicas, pelas áreas de entretenimento, pelos portos, por propriedades em Portugal, mas que não necessariamente se estendeu a todas as parcelas da população.

Os bens adquiridos durante os anos de maior liquidez econômica tornaram-se constantes entre os portugueses nas diferentes temporalidades, de modo que não é possível identificar mudanças bruscas entre a composição dos patrimônios e as formas de adquiri-los, demonstrando estabilidade entre os negócios empreendidos em Belém durante a maior parte do século XIX e início do XX.

Referências

Fontes primárias consultadas:

ADV – Arquivo Distrital de Aveiro. – LRP – Livros de Registro de Passaportes, Aveiro, 1897 a 1900.

CMA – Centro de Memória da Amazônia.

CFL – Cartório Fabiliano Lobato.

COR – Cartório Odon Rhossard.

CSR – Cartório Sarmento.

CST – Cartório Santiago.

INV – Inventário de Francisco Marques d'Elvas Portugal, 1840.

INV – Inventário de Luiz Monteiro da Silva e Maria Bárbara – 1858.

INV – José Antônio dos Santos – 1866.

INV – Inventário de Antônio Teixeira Bastos – 1867.

INV – Inventário de Manoel Monteiro dos Santos – 1868.

INV – Inventário de Joaquim da Silva Arantes – 1876.

INV – Inventário de Antônio da Silva Maia - 1877.

INV – Inventário de Manoel José Lourenço de Carvalho – 1885.

INV – Inventário de Manoel José Pereira Junior – 1886.

INV – Inventário de Fernando Maria da Cunha – 1887.

INV – Inventário de Francisco Xavier Pinheiro Braga – 1889.

INV – Inventário de Jose Augusto Correa – 1892.

INV – Inventário de Bento Rebelo de Andrade – 1900.

INV – Inventário de José Caetano Ribeiro da Silva – 1900b.

INV – Inventário de Jose da Costa Braga – 1903.

INV – Inventário de José Pereira Barbosa – 1904.

INV – Inventário de Manoel Joaquim de Souza – 1907.

JGO – Jornal Gazeta Oficial – 1858.

RPP – Relatório de Presidente de Província – PA – Pará – 15 de agosto de 1867

RPP – Relatório de Presidente de Província – PA – Pará – 1º de julho de 1873

RPP – Relatório de Presidente de Província – PA – Pará – 15 de fevereiro de 1880

Outros materiais bibliográficos

ALVES, Jorge Fernandes. Lógicas migratórias no Porto oitocentista. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BAGANHA, Maria Ioannis; MARANHÃO, Maria José; PEREIRA, Miriam Halpern. *Emigração/ Imigração em Portugal*. Actas do Coloquio Internacional Emigração/Imigração em Portugal (Séculos XIX e XX). Lisboa: Fragmentos, 1993. p. 78-97.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão negra no Grão Pará*. Belém: PakaTatu, 2001.

BRAUDEL, Fernand. *A Longa Duração*. História e Ciências Sociais. Lisboa: Presença, 1990.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização Material, Economia e Capitalismo nos séculos XV-XVIII*. As Estruturas do Cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1995. v. 1.

CACCAVONI, Arthur. *Pará Commercial na Exposição de Paris*. Pará: [s.n.], 1900.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da borracha (Belém, 1870-1920)*. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)*, Belém: Açáí, 2011.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém; Açáí: Centro de Memória da Amazônia; PPHIST-UFPA, 2010.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém*. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

FONTES, Edilza. *Preferem-se portugues(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)*. (Tese de Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

<http://dx.doi.org/10.20396/resgate.v25i2.8649587>

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, jan./mar. 2002. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402002000100006>

MATOS, Izilda Santos de. *Portugueses: Deslocamentos, experiências e cotidiano – São Paulo, séculos XIX e XX*. Bauru: Edusc, 2013.

MELLO, Zélia Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza – São Paulo, 1845-1895*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1985.

MELO, Hildete Pereira de. O café e a economia fluminense: 1889-1920. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs). *História Econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2002. p. 216-217.

OLIVEIRA, M. Tereza de. Indústria Têxtil Mineira do Século XIX. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs). *História Econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2002. p. 235-253.

PEREIRA, Miriam Halpern A *política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Bauru: Edusc; Portugal: Instituto Camões, 2002.

SANTOS, Ana Lúcia Duarte Lanna. Santos: Transformações Urbanas e Mercado de Trabalho Livre 1870-1914 In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs). *História Econômica da Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica; Edusp; Imprensa Oficial, 2002. p. 297 - 319.

SARGES, Maria de Nazaré. *Riquezas produzindo a Belle Époque*. Belém: PakaTatu, 2004.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1993.

